

**A performance de um agitador intelectual:  
intervenções crítico-teóricas de Pessoa**

Caio Gagliardi

*Universidade de São Paulo*

**Resumo**

O objetivo deste estudo é compreender em que consiste o gesto crítico-teórico de Pessoa através de um caminho diverso ao programático, isto é, sublinhando o seu caráter controverso. Para tanto, abordamos três textos que cobrem momentos centrais de sua trajetória e nos quais o escritor encena o papel de homem público. Não por acaso, trata-se também de algumas de suas intervenções mais polêmicas: I. “A nova poesia portuguesa” (1912); II. “O provincianismo português” (1928); e III. “O interregno – defesa e justificação da ditadura militar em Portugal” (1928).

**Palavras-chave:** Fernando Pessoa; teoria crítica e social; “A nova poesia portuguesa”; “O provincianismo português”; “O interregno”.

**Abstract**

The purpose of this study is to understand the critical-theoretical gesture of Pessoa, by following a path different than his programmatic one, which means underlining its controversial dimension. For that purpose, three texts are analysed that cover central moments in his trajectory, where the writer stages the role of the public man. It is not by chance that these are also some of his most polemic interventions: I. “The new Portuguese poetry” (1912); II. “Portuguese provincialism” (1928); and “Interregnum – a defense and justification for the military dictatorship in Portugal” (1928).

**Keywords:** Fernando Pessoa, critical and social theory; “A nova poesia portuguesa”; “O provincianismo português”; “O interregno”.



I. *Um deus que se quis crucificado*

Todo grande escritor acumula lugares-comuns equivocados a respeito de si – afirmações e juízos de lavra própria que, ao se repetirem inadvertidamente e em contextos imprevisíveis, têm o sentido original deturpado. Não há qualquer novidade em se constatar que, frequentemente, um escritor é mal compreendido. O que há de peculiar nos clichês que orbitam o planeta Pessoa é o reconhecimento de que, embora o autor deplorasse a incompreensão alheia, ele não apenas evitou fazer concessões à mentalidade ou ao gosto médio, como também se comprouve com as polêmicas a partir e em torno de si.

Pelo sistematismo com que se repetiu, esse se tornou um hábito que pode ser relacionado com a concepção de *gênio incompreendido*, derivada das leituras do romantismo inglês, realizadas ainda durante a adolescência de Fernando António Nogueira Pessoa, no Durban High School. Nomeadamente, de Thomas Carlyle, desde a investigação genética de Alexandrino Severino (1980),<sup>1</sup> identificado como uma de suas referências inglesas preeminentes, Pessoa herdou, entre outras características decisivas, o interesse pela discussão a respeito da posteridade e o conhecimento do mito grego de Heróstrato, nome com o qual intitulou seu mais importante ensaio sobre a celebridade póstuma, no qual afirma: “A essência do gênio é a inadaptação ao ambiente; por isso o gênio (...) é geralmente incompreendido...” (Pessoa, 2017: 364).

Embora nem todos os incompreendidos sejam gênios, o destino do gênio, tal como se desenha ao longo da obra de Pessoa, é ser incompreendido. O escritor aborda a ignorância e o desprezo dos demais na carlyleana nota que escreve em memória de Mário de Sá-Carneiro, nas páginas da *Athena* (n.º 2, nov. de 1924):

Gênio na arte, não teve Sá-Carneiro nem alegria nem felicidade nesta vida. Só a arte, que fez ou que sentiu, por instantes o turbou de consolação. São assim os que os Deuses fadaram seus. Nem o amor os quer, nem a esperança os busca, nem a glória os acolhe. Ou morrem jovens, ou a si mesmos sobrevivem, íncolas da incompreensão ou da indiferença. Este morreu jovem, porque os Deuses lhe tiveram muito amor (Pessoa, 2006a: 205).

---

<sup>1</sup> Defendido como tese de doutorado, em 1966, na Universidade de São Paulo. Conferir, ainda, a respeito da relação entre Pessoa e Carlyle, os artigos de Perrone-Moisés (2013) e Neiva (2014), este último derivado de capítulo de dissertação de mestrado orientada por mim e defendida na USP, em 2015. O primeiro estudo sobre o tema, embora de alcance mais restrito, foi realizado por Maria da Encarnação Monteiro (1956).

“Louco, sim, louco porque quis grandeza” é o verso de *Mensagem* que pinta “D. Sebastião, rei de Portugal”, um dos ungidos para redimir seu país, em oposição ao homem em sua mediocridade sadia, “cadáver adiado que procria” (Pessoa, 2007: 61). Que esse espírito eleito pudesse ressurgir em Portugal na figura de um político ou de um poeta foi uma ideia que Pessoa procurou alimentar, para além de uma esperança mística, com fundamentação racional. O “Quinto Império” e o “Sebastianismo” constituem, não raramente, o ponto de fuga da argumentação teórica do escritor, como a desembocadura comum a diferentes cursos fluviais. Ao fim e ao cabo, seus ensaios de intervenção sociopolítica e cultural apresentam um sentido comum, que encontra uma síntese perfeita na seguinte declaração: “Desejo ser um criador de mitos, que é o mistério mais alto que pode obrar alguém da humanidade” (Pessoa, 1966: 100).

Posicionados no ponto cego de seus dessemelhantes, os escolhidos pelos Deuses têm o seu fado circunscrito, no mundo dos homens, desde Platão, com a expulsão dos poetas da cidade-Estado ideal, para a qual representariam uma ameaça. Pessoa não terá deixado de encarar o ostracismo ateniense como um elogio à poesia. Os seguintes fragmentos de “Heróstrato” podem ser lidos nessa clave:

Em todo o caso, quanto mais nobre o génio menos nobre o destino. Um génio pequeno alcança a fama, um grande génio recebe a infâmia, um génio maior sofre o desespero; um deus é crucificado.

(...)

Wilde nunca foi tão comprovadamente um génio como quando o homem da gare de caminho-de-ferro lhe cuspiu no rosto quando ele foi acorrentado. Um grande mal sobreveio a muitos génios: ainda ninguém lhes cuspiu na cara (Pessoa, 2017: 368).<sup>2</sup>

A adoção de uma perspectiva capaz de reverter o descrédito em condecoração, o escarro em louvor, a loucura em genialidade ou a pena em prêmio explica, em parte, a inclinação do poeta para a ambiguidade e para a contradição, que tanto fizeram pelas interpretações desacertadas de sua obra.<sup>3</sup>

A despeito de uma atenção predominantemente voltada para o próprio íntimo e de uma intelectualidade ultraconsciente de si mesma, Fernando Pessoa conciliou o homem de pensamento e

<sup>2</sup> Conforme a tradução de Manuela Rocha.

<sup>3</sup> A noção de reversão pode ser exemplificada pela seguinte passagem de “Heróstrato”: “O génio é a loucura que a diluição no abstracto converte em sanidade, tal como um veneno convertido em medicamento através da mistura” (Pessoa, 2017: 364).

o homem de ação. Ao se referir a esse aspecto do escritor, Jorge de Sena forneceu o seguinte diagnóstico: “Há em Pessoa uma latente ironia, bastantes vezes não muito latente..., que permite erros de interpretação e de avaliação. Desejava ele, por certo, a salutar descida ao subconsciente nacional da maior parte dos seus escritos” (Sena, 2000: 26). Que enganos são esses, ou, mais especificamente, que estrato da obra do escritor é o mais suscetível de provocar controvérsia entre os seus leitores? Uma possível resposta é dada pelo mesmo crítico:

Se a lucidez do agitador intelectual que, a propósito de tudo o que lhe pareceu de utilizar, ele foi, lhe não confere, só por si própria, autoridade, não menos lhe permitiu ser um mestre da arte da escrita – pelo acordo entre a maneira de dizer e, não o que se diz, mas o que se pretende sugerir do que se não diz (Sena, 2000: 24).

Com o objetivo de compreender mais especificamente em que consiste o gesto crítico-teórico de Pessoa, por um caminho diverso (embora não contraposto) daquele aspecto programático ao qual George Rudolf Lind (1970) destinou seu principal estudo sobre o escritor, abordaremos três textos que cobrem momentos distintos e centrais de sua trajetória. Não por acaso, trata-se também de algumas de suas intervenções mais polêmicas: I. “A nova poesia portuguesa” (1912); II. “O provincianismo português” (1928); e III. “O interregno – defesa e justificação da ditadura militar em Portugal” (1928).

## II. “A nova poesia portuguesa” (1912)

A estreia que não foi estreia. Desse modo se poderia referir a apresentação de Fernando Pessoa ao mundo das letras. João Gaspar Simões (1950) e Georg Rudolf Lind (1970) cristalizaram a concepção segundo a qual a série de artigos publicada na 2.<sup>a</sup> série da revista portuguesa *A águia* – “A nova poesia portuguesa sociologicamente considerada” (n.º 4, abril de 1912), “Reincidindo” (n.º 5, maio de 1912) e “A nova poesia portuguesa no seu aspecto psicológico” (n.º 9, 11 e 12, set., nov. e dez. de 1912) – marca o início de sua carreira como escritor. Embora o seu ponto de partida seja a biografia do crítico presencista, é o pesquisador alemão quem leva a cabo, considerando o conjunto da obra disponível até aquele momento, um estudo que confere prioridade ao conteúdo programático em face da expressão literária.



A rigor, no entanto, Fernando Pessoa não esperou até os seus 23 anos para debutar publicamente como escritor em língua portuguesa, tampouco isso se deu por meio de um texto teórico. Isso ocorreu, na verdade, aos 14 anos, com um poema intitulado “Quando a dor me amargurar”, no jornal *O imparcial*, de 18 de julho de 1902. Poucos meses depois, no mesmo ano, o Dr. Pancrácio, um pseudônimo seu, publicava charadas em números subsequentes do quinzenal *O pimpão*, e então surgiram outros textos, em poesia e prosa, em língua inglesa e traduções. Houve, portanto, um pequeno histórico de publicações até a data do famigerado artigo d’ *A águia*.<sup>4</sup>

Mas essa série de artigos nos interessa como estreia na medida em que foi não apenas veiculada numa revista de prestígio em seu país, sem que fossem necessários especialistas para a garimpar, mas também pensada como um lançamento bombástico. De forma muito esquemática, valendo-se de juízos desproporcionais,<sup>5</sup> aproximações escandalosas e de uma argumentação lógica que procura demonstrar as intuições de Teixeira de Pascoaes<sup>6</sup> – ponta de lança do movimento saudosista, ao qual a revista *A águia* servia como órgão divulgador –, o caráter profético dessa série de artigos confirma aquela imagem de seu autor como uma espécie de místico cartesiano, ou, tal como ele parcialmente se definiu no seu último ano de vida, como um “sebastianista racional” (Pessoa, 1999a: 338).

---

<sup>4</sup> Consultámos os seguintes estudos a esse respeito: Pessoa (1999b: 21-22) e Silveira (1988: 97-105).

<sup>5</sup> Assim referidos no prefácio de Richard Zenith a *Prosa publicada em vida*: “Outro exemplo é a ficção da ‘nova poesia portuguesa’, representada por poetas como Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes e Jaime Cortesão e levada aos píncaros por Pessoa, que, citando alguns versos dos dois últimos poetas referidos, afirma: ‘Em nenhuma literatura do mundo atingiu nenhum poeta maior elevação do que estas expressões (...) contêm’ (p.138). Apeetece-nos acrescentar: ‘Acredite quem quiser!’” (Zenith, 2006: 23).

<sup>6</sup> “Tudo isso, que a fé e a intuição dos místicos deu a Teixeira de Pascoaes, vai o nosso raciocínio matematicamente confirmar” (Pessoa, 2006a: 127).

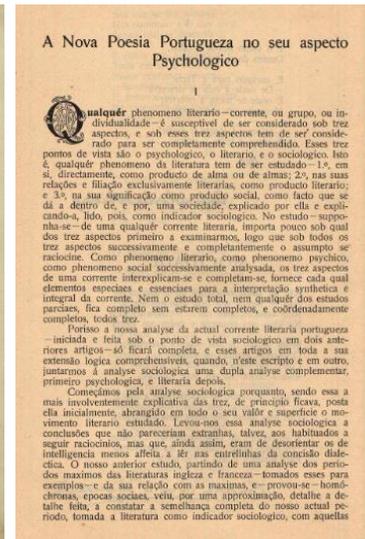
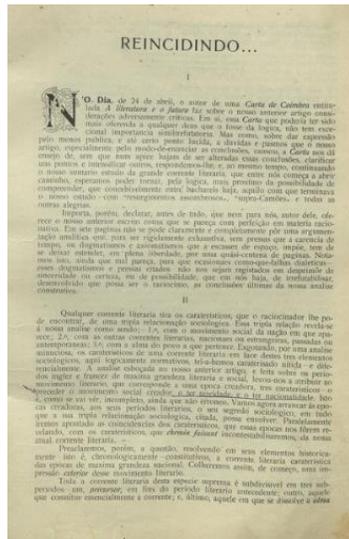
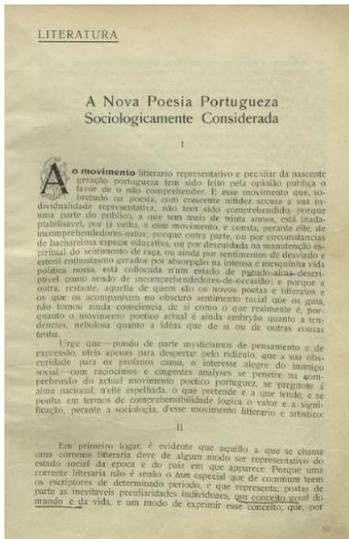


Figura 1. “A nova poesia portuguesa sociologicamente considerada”. In *A águia*, n.º 4, abr. de 1912, pp. 101-107

Figura 2. “Reincidindo...”. In *A águia*, n.º 5, mai. de 1912, pp. 137-14.

Figura 3. “A nova poesia portuguesa no seu aspecto psicologico”. In *A águia*, n.º 9, 11, 12, set., nov., dez. de 1912, pp. 86-94; 153-157; 188-192.

À parte o conteúdo programático desse conjunto, que enuncia, com vital importância, o nascimento de uma estética que Pessoa não tardaria a designar Sensacionismo, e suas ramificações, o que nos interessa aqui é o seu tom, pelo caráter desconcertante da formulação de um “supra-Portugal de amanhã” (Pessoa, 2006a: 129)<sup>7</sup>. Embora Pessoa já houvesse estreado nas letras muito tempo antes, este é o momento em que, sublinhemos o gesto, ele *decide* estreitar-se. E a imagem autoral resultante desses artigos contrasta sensivelmente com aquela ideia de homem tímido e de personalidade reservada pintada por seu primeiro biógrafo. Desde o início, o jogo da representação se faz presente em sua obra, como se ao autor empírico não coubesse mais do que assistir aos sonhos do autor textual: “Gozei, sempre, como outro e estrangeiro, as derrotas dos meus devaneios, assistente casual ao que pensei ser” (Pessoa, 2014: 189). A capacidade de troçar de si mesmo, de se comprazer de seus fracassos, denota a consciência muito apurada de que o eu que fala, sujeito da enunciação, é passível de ser sonhado à distância, como uma fábula de si mesmo. “Sonhador irônico” é, aliás, o modo como o escritor, vestindo a máscara de Bernardo Soares, se autodefine

<sup>7</sup> Na sexta parte de “Reincidindo...”, Pessoa chega ao ponto de diminuir Camões: “Paralelamente se conclui o breve aparecimento na nossa terra do tal supra-Camões. Supra-Camões? A frase é humilde e acanhada. A analogia impõe mais. Diga-se ‘de um Shakespeare’...” (Pessoa, 2006a: 142).



nesse mesmo trecho do *Livro do desassossego*: “Tenho sido sempre um sonhador irónico, infiel às promessas interiores” (Pessoa, 2014: 189).

Independentemente de apresentar ou não as convicções do escritor a respeito da poesia portuguesa produzida até a primeira década do século XX, e daquela que estaria por vir, a série de textos publicada n’*A águia* é, pelo seu caráter evidentemente emulador e pelo que traz de antecipatório com relação à própria obra e à literatura portuguesa, um de seus mais célebres aguilhões. Quem era, ou quem pensava que era, afinal, aquele jovem desconhecido para lançar vaticínios sobre a história e a cultura nacionais com tamanha segurança?

Com essa habilidosa peça de polêmica, ou de bruxaria, o autor anuncia estrondosamente o surgimento em Portugal de um movimento de reascensão nacional, que seria capaz de produzir um escritor que tomaria o posto de poeta nacional, há mais de três séculos ocupado por Camões. A argumentação com que fundamenta o vaticínio é marcada por uma lógica especiosa, de direcionamento teleológico: as grandes literaturas, segundo Pessoa, nascem quando uma sociedade, após um período de grave crise, procura se reerguer a partir da tomada de consciência de sua identidade nacional. O jovem escritor de ideias próprias ilustra esse argumento tomando como exemplo o surgimento de Shakespeare, na Inglaterra isabelina, e de Victor Hugo, na França romântica. Portugal passaria por uma fase análoga à que presenteou esses países com seus vates, isto é, de plena tomada de consciência de sua “essência espiritual” (como, aliás, diria Pascoaes, mas com uma obscuridade rejeitada por Pessoa), e assistiria à inesperada chegada de um “supra-Camões”.

Ao traçar o desenvolvimento futuro da cultura de seu país, Pessoa cuidava para que esse novo gênio não fosse confundido com Pascoaes, ajuizando que, por estar em seu princípio, o movimento não havia ainda produzido nenhum grande poeta. Embora o autor se refira constantemente ao Saudosismo, os pequenos senões que se acumulam ao longo dessas referências e o caráter idiossincrático de seus argumentos não deixam dúvida de que ele, na verdade, advogava em causa própria.

Ora, a natureza dessas reflexões, mais do que visar ao convencimento, é amiga da ostentação e da controvérsia. A sua leitura leva a suspeitar de que Pessoa não estivesse sobretudo interessado, através de comparações tão desproporcionais e prognósticos tão surpreendentes, em persuadir o seu leitor: “Prepara-se em Portugal uma renascença extraordinária, um ressurgimento assombroso”



(Pessoa, 2006a: 128). Mais instigante do que ler esses artigos procurando as concepções que supostamente documentam é tentar compreender o seu efeito de sentido.

Essas reflexões não só despertavam seus leitores de sua zona de conforto intelectual, como também, não raramente, eram encaradas como verdadeiras afrontas, lançando luz sobre o nome de seu autor. Mais de um século depois de sua publicação, não nos é estranho encará-las, à parte seus demais campos de atuação e interesse, como peças autopromocionais, que despertavam a curiosidade e abriam caminho para o que estava para ser publicado. Por trás da pergunta a respeito do que o destino reservava a Portugal, estava um projeto de reformulação nacional. Assim como ocorre com o teatro, a arte da polêmica ou a de alcance messiânico não se esgota no texto.<sup>8</sup>

Embasados em uma argumentação cortante e voltados para o incitamento, esses artigos foram lançados sobre o ambiente cultural lisboeta do início do século XX como atos públicos. Através de juízos manifestos, vaticínios e diatribes e sobretudo se ocultando sugestivamente no anúncio peremptório de um “supra-Camões” – que reapareceria na obra do escritor ao longo das duas décadas seguintes, até culminar no “Encoberto”, profeta do terceiro aviso, depois de “Bandarra” e “António Vieira”, no único poema não intitulado de *Mensagem* (1934)<sup>9</sup> –, Pessoa começava a ensaiar a sua cena pública.

### III. “O provincianismo português” (1928)

Em agosto de 1928, Pessoa publicou no jornal *O “Notícias” ilustrado* (série II, n.º 9, Lisboa) uma radiografia corrosiva de Portugal, na qual pretendeu identificar o “mal superior português”, isto é, o “síndrome provinciano”, que compreenderia, a seu ver, três sintomas visíveis: “o entusiasmo e admiração pelos grandes meios e pelas grandes cidades; o entusiasmo e admiração pelo progresso e pela modernidade; e, na esfera mental superior, a incapacidade de ironia” (Pessoa, 2006a: 374).

---

<sup>8</sup> O caráter messiânico dos textos publicados n’*A águia* relaciona-se diretamente com as reflexões de Pessoa a respeito do Sebastianismo, em sua maioria inéditas em vida, recolhidas em *Sebastianismo e Quinto Império* (2011).

<sup>9</sup> O poema traz a data de 10-12-1928.



Figura 4. "O provincialismo português". In O "Notícias" Ilustrado, 12 de ag. de 1928, p. 15.

Já por essa passagem, o escritor nos fornece material para compreendermos, por exemplo, as duas grandes odes finalizadas de Álvaro de Campos, geralmente lembradas por louvar a modernidade – e, se isso fossem, seriam, segundo o próprio autor, atestados de seu provincialismo –, como disfarces irônicos, ou antiodes, que, a bem da verdade, deploram aquilo que exaltam e lamentam a passagem do tempo. O “futurismo saudosista”<sup>10</sup> da “Ode marítima”, do “Ultimatum”, mas também da “Ode Triunfal”, é, como expressão e concepção, o resultado direto da ironia pessoana. “Com uma ingenuidade que espanta”, segundo Eduardo Lourenço, “repete-se que esse primeiro Álvaro de Campos é o cantor da máquina, da electricidade e outras realidades concretas, encarnações não duvidosas do momento” (Lourenço, 2020: 275).<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Por “futurismo saudosista”, a crítica Leyla Perrone-Moisés identificou precisamente o sentido profundo desses grandes poemas (Perrone-Moisés, 1990).

<sup>11</sup> Segundo as palavras do ensaísta: “Mais certo e justo seria escrever que é o seu *descantor*, se a palavra existisse. O carácter tão insensivelmente *negativo* em relação a toda e qualquer apropriação autêntica do moderno, significado pelo triunfo técnico, é anunciado sem *ambages* no começo mesmo da pseudo-*Ode Triunfal*” (Lourenço, 2020: 275).



A ironia talvez não encontre em nenhum outro texto do autor uma teorização tão sistemática, justamente por ser contraposta ao tema do artigo, que pode ser assim sintetizado: o provinciano é um ser incapaz de ironia. Como exemplo flagrante do provincianismo português, Pessoa cita o nome de Eça de Queirós: “É o exemplo mais flagrante porque foi o escritor português que mais se preocupou (como todos os provincianos) em ser civilizado. As suas tentativas de ironia aterram não só pelo grau de falência, senão também pela inconsciência dela” (Pessoa, 2006a: 375).

Se a ironia evidencia a mundividência de quem a produz, fazendo com que “a realidade e os valores do observador sejam destacados” (Muecke, 1995: 71), neste texto Pessoa explora a manobra irônica, que lhe serve como potencialização de um argumento, para sustentar a sua tese e, indiretamente, beneficiar-se com ela. Essa ironia tem como alvo o(s) outro(s), e não o próprio – pois o poeta não se considerava um provinciano, uma vez que teve como antídoto para esse mal a educação à inglesa, distante de Portugal. Sendo assim, é veladamente à crítica que dirige a Eça que Pessoa afirma ser a sua própria arte a de alguém “civilizado”, capaz, portanto, de captar a essência da ironia e de, conscientemente, a colocar em prática. Tratar do provincianismo é, portanto, um procedimento retórico, uma vez que, mais do que o utilizar como critério para justificar a acusação dirigida ao principal escritor da Geração de 70, é do interesse de Pessoa valorizar a própria arte a partir do contraste que ela estabelecerá com a obra vilipendiada.

A ironia é isto. Para a sua realização exige-se um domínio absoluto da expressão, produto de uma cultura intensa; e aquilo a que os ingleses chamam *detachment* — o poder de afastar-se de si mesmo, de dividir-se em dois, produto daquele “desenvolvimento da largueza de consciência”, em que, segundo o historiador alemão Lamprecht, reside a essência da civilização. Para a sua realização exige-se, em outras palavras, o não se ser provinciano (Pessoa, 2006a: 375).

Pessoa comporia, assim, e sempre ao contrário de Eça, portanto, o seletivo grupo de escritores que apresentam profundo domínio da expressão, ampla cultura e, note-se bem, largueza de consciência ou poder de se afastar de si mesmo. Ora, essa última característica nos parece nuclear para ler a sua obra como um sistema único; isso porque, ao afirmar que o escritor irônico apresenta a capacidade de se duplicar, o autor não estará legitimando uma associação mais íntima entre o emprego da ironia e o procedimento heteronímico, considerado num sentido mais amplo? A criação de escritores independentes de si não seria, seguindo essa mesma lógica, uma *heteronia*, a realização suprema de sua ironia?



Suspendamos a reflexão sobre “O provincianismo português” a partir daqui, para a retomar em poucas páginas.

#### IV. “O interregno – defesa e justificação da ditadura militar em Portugal” (1928)

Até os nossos dias, um panfleto intitulado “O interregno – defesa e justificação da ditadura militar em Portugal”, escrito no final de 1927 e publicado em 1928, em Lisboa, pelo Núcleo de Ação Nacional, é encarado como uma mancha na trajetória de Fernando Pessoa. Por assumirem que um escritor deve ser julgado pelo melhor de sua obra, a maior parte de seus críticos prefere desconsiderar “O interregno” a incluí-lo em seus comentários sobre o autor.

Foi, afinal, para evitar tocar o dedo numa ferida aberta em sua trajetória que Jorge Luis Borges, numa entrevista sobre Kipling, afirmou que talvez fosse conveniente que um escritor não emitisse opiniões sobre o governo, porque correria o risco de ser julgado por elas. Decerto, ao se referir às convicções políticas dos homens das letras, Borges não pensava somente no autor do célebre poema “Se” e do conto “O homem que queria ser rei”, mas em si mesmo. É sabido, a esse respeito, que o entusiasmo de muitos de seus leitores arrefeceu depois que o mais celebrado escritor argentino do século passado aceitou receber uma homenagem do ditador chileno Augusto Pinochet. Em 1976, Borges era condecorado Doutor Honoris Causa da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Chile e, em decorrência da honraria, dava adeus ao Prêmio Nobel de Literatura.

O argumento-base para *O interregno* consiste em considerar a Ditadura Militar como uma ideia, não exatamente de força, mas de ordem, e tomá-la sempre em abstrato, como um sistema necessário e intercalar entre a desordem pública, evidenciada pela rixa entre republicanos e monárquicos, e a retomada da ordem, abalada com o Ultimatum inglês de 1890 e suprimida com a queda da Monarquia, duas décadas depois.<sup>12</sup> Interessado pelo “progresso” da nação, Pessoa não fornece, no entanto, explicações concretas sobre como, efetivamente, esse processo se daria. O texto deixa transparecer a desconfiança da democracia tal como ela costuma ser defendida, o posicionamento liberal à inglesa e uma visão muito peculiar, para não dizer deformadora da ditadura, posto que a

---

<sup>12</sup> Richard Zenith revela que o argumento central do opúsculo reproduz a visão do jornal *O tempo* (1918), onde Pessoa se assumiu como sidonista. Segundo esse diário, o governo de Sidónio Pais deveria ser “uma etapa necessária, um período de transição” para o reestabelecimento da “paz” e da “ordem” (Zenith, 2006: 19).



distingue de qualquer outro sistema ditatorial existente. Apesar de sua aparência lógica, “O interregno” suscita uma série de perguntas sem respostas e exige do leitor o esforço de desconotação de seus conceitos-base, “democracia” e “ditadura”, cristalizados em nossa mentalidade por episódios históricos, em sua maioria posteriores a 1928.

“O Interregno” foi encomendado. Seria mais simples para nós que Pessoa não tivesse aceitado essa encomenda. Mas não estaríamos há um século debruçados sobre ele com tanta devoção se Pessoa tivesse nos facilitado a sua compreensão. Um aspecto muito desconsiderado, relativo à publicação desse panfleto, é a existência de duas versões suas, ambas disponíveis na *Biblioteca Particular Fernando Pessoa*. A primeira, e menos conhecida delas, é um texto sem assinatura, em cujo lugar se lê: “O núcleo de acção nacional dirige-se terminantemente à Nação”. Nessa primeira versão, o título “Interregno” não é acompanhado do subtítulo, “Defeza e justificação da Dictadura Militar em Portugal”. Dada a interferência da censura, que, segundo declara Pessoa, em carta de 14 de dezembro de 1931, a João Gaspar Simões, fez muitas “objeções” ao texto, essa versão foi proibida de circular, e, a confiar na conjectura de José Barreto, autor do estudo de fundo sobre o tema (Barreto, 2012), o exemplar do autor deve ser dos raros existentes. Uma das exigências feitas pela censura para que o opúsculo pudesse ser veiculado foi que ele trouxesse a assinatura do escritor (Pessoa, 1998: 184).

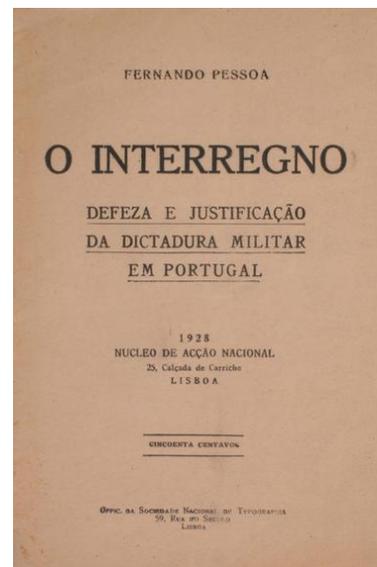


Figura 5. “O Núcleo de Ação Nacional – O Interregno”, BPPF.

Figura 6. “O Interregno – defesa e justificação da ditadura militar em Portugal”, BPPF.

É preciso sopesar bem o sentido e o alcance desse texto à luz de suas diferenças e omissões. E aproximá-las da descoberta, no espólio do escritor, que o referido pesquisador português fez do rascunho de um parágrafo do folheto, no qual Pessoa defende, contraditoriamente, a inevitabilidade da democracia (cf. Barreto, 2012: 193). O que terá causado essa omissão? Barreto, ao comparar as duas versões existentes do folheto, destaca que só na segunda aparece a declaração textual do autor informando não pertencer ao Núcleo de Ação Nacional (idem: 178) e atenta no fato de que “*O Interregno* não visava defender os actos particulares da Ditadura Militar, sobre os quais não se pronunciava” (idem: 183).<sup>13</sup>

Só décadas depois da publicação do referido folheto direitista se tornaram públicas as dezenas de páginas, entre prosa e poesia, de teor antissalazarista escritas pelo mesmo autor.<sup>14</sup> Se, de fato, no momento de escrita de “O interregno”, Salazar despertava certa empatia em Pessoa, é também verdade que se torna, à medida que se revela autoritário em suas medidas sociais e, sobretudo, restritivo com relação à liberdade artística, alvo constante da chacota e do ataque do poeta. Pessoa já havia investido contra a ditadura de Pimenta de Castro, quando, entre outras referências jocosas ao novo ditador, dispara (em poema datado de 20-03-1935): “Este senhor Salazar / É feito de sal e azar. / Se um dia chove, / A água dissolve / O sal, / E sob o céu / Fica só o azar, é natural. / Oh, c’os diabos! / Parece que já choveu...” (Pessoa, 2008: 21).

A suposta defesa da ditadura militar em Portugal apresenta um caráter acentuadamente polemista. O livreto de Pessoa se vale do seguinte aviso inicial: “Escrevemos estas páginas num tom, num estilo e numa forma propositadamente antipopulares, para que o opúsculo, por si mesmo, eleja quem o entenda” (Pessoa, 2006a: 354). Ao declarar que o seu gesto reclamava o leitor capaz de o compreender, e que ele foi escrito de forma deliberadamente provocativa, Pessoa não estaria

---

<sup>13</sup> Em outro estudo, Barreto assim descreve a situação política portuguesa no período de publicação do folheto: “Repita-se que não havia um ‘regime português’ quando, em 1927-1928, Pessoa escreveu e publicou *O Interregno*, obra geralmente apontada quando se pretende demonstrar que o autor defendia um regime autoritário. Não havia um regime, mas apenas uma ditadura que não se sabia exactamente para onde ia, nem os seus próprios dirigentes o sabiam. As várias facções da Ditadura Militar, que não paravam de medir forças entre si, só concordavam num ponto: o país não podia voltar à velha República, onde o poder fora monopolizado pelo Partido Democrático e em que nunca emergira uma consistente alternativa de governo a esse partido” (Barreto, 2013: 114-115).

<sup>14</sup> A aversão de Pessoa ao salazarismo está bem compilada em *Contra Salazar* (2008), por António Apolinário Lourenço. Posteriormente, José Barreto editou *Fernando Pessoa – sobre o fascismo, a ditadura militar e Salazar* (2015), reforçando, com muitos inéditos, o posicionamento crítico de Pessoa com relação ao Estado Novo e a Salazar.



sugerindo, a esse mesmo leitor, que ele não fosse estritamente literal em sua interpretação do que lia? Aquele que redige “O interregno” é uma *persona* literária extravagante.

Imediatamente antes da sua conclusão, lê-se: “Nem há hoje quem, no nosso país, ou em outro, tenha alma e mente, ainda que combinando-se, para compor um opúsculo como este. Disto nos orgulhamos” (Pessoa, 2006a: 373). O caráter autopromocional dessa passagem é exemplar, apesar do que Pessoa afirmará a Gaspar Simões a esse respeito.<sup>15</sup> Pessoa parecia dizer, com isso, que a sua intenção era realmente a de provocar os leitores, que era preciso grande despreendimento para a referida criação e, ainda, que para um bom entendedor meia palavra bastaria.

E, então, a derradeira frase: “É este o Primeiro Sinal, vindo, como foi prometido, na Hora que se prometera” (Pessoa, 2006a: 373). Esse novo sebastianismo, ligado ao esoterismo rosacruziano e justificado pela matemática mística de Pessoa, é afim ao das obras-primas que ocupam as pontas do cordame dessa grande nau de sonho em que se constitui a sua obra. No início, *O marinheiro*: “Ah, é agora..., é agora...” (Pessoa, 2010: 73). No final, *Mensagem*: “Ó Portugal, hoje és nevoeiro... / É a hora!” (Pessoa, 2007: 118). Entre ambas, são inúmeros os momentos em que essa expressão reaparece, dos quais é exemplar o poema *À memória do presidente-rei Sidónio Pais*, publicado pelo mesmo Núcleo de Ação Nacional, onde se lê: “Flor alta do paul da grei, / Antemanhã da Redenção, / Nele uma hora encarnou el-rei / Dom Sebastião”. Ou ainda: “E amanhã, quando houver a Hora, / Sendo Deus pago, Deus dirá / Nova palavra redentora” (Pessoa, 2009: 65-66).

Ao reparar na coincidência existente com *Mensagem*, Barreto sintetiza: “Observe-se como Pessoa funde em “O Interregno” o discurso racional e a argumentação sociológico-política com o discurso visionário e a linguagem profética do sebastianismo” (Barreto, 2012: 181). “O Interregno” é um texto que se integra no messianismo irônico de Pessoa, muito próximo no tom e na argumentação à sequência “A nova poesia portuguesa”, veiculada em 1912 por *A águia*.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Barreto (2012: 185) também cita o trecho, acompanhado, na sequência, da carta-resposta de Pessoa a João Gaspar Simões, na qual o escritor se defende da acusação de narcisismo, baseada nessa mesma passagem.

<sup>16</sup> Em sequência a Joel Serrão, Barreto assinala, ainda, uma coincidência que pretendíamos explorar, não tivesse o pesquisador sublinhado suficientemente os subtítulos “Primeiro aviso” e “Segundo aviso”. O primeiro, que abre, e o segundo, que fecha o opúsculo, também estão presentes em *Mensagem*, “II – Os Avisos”, relativo à parte final, intitulada “O Encoberto”, sendo o primeiro destinado a Bandarra, o segundo a António Vieira e o terceiro encoberto pelo anonimato, mas altamente sugestivo, já pelo *incipit* que traz: “Screvo meu livro à beira-mágoa” (Barreto, 2012: 180).



Qual a posição política de Fernando Pessoa, afinal? Esse tipo de pergunta baseia-se num pressuposto comum – o de que os cidadãos devem ter uma opinião política formada, assim como uma crença religiosa. Pessoa deu respostas a essas perguntas, e então se contradisse sem nenhum escrúpulo, legando a nós a difícil tarefa de fazer escolhas. Não seria preciso, afinal. A dimensão irônica de seu caráter não lhe permitia, justamente, ter uma convicção formada. Ao invés disso, Pessoa assumia e abandonava quantas concepções lhe fossem convenientes. *O interregno*, lido à luz dessas considerações, não parece ser outra coisa senão mais uma de suas charadas:

Eu não tenho rancores nem ódios. Esses sentimentos pertencem àqueles que têm uma opinião, ou uma profissão ou um objetivo na vida. Eu não tenho nada dessas coisas. Tenho na vida o interesse de um decifrador de charadas.

Mas eu não tenho princípios. Hoje defendo uma coisa, amanhã outra. Mas não creio no que defendo hoje, nem amanhã terei fé no que defenderei. Brincar com as ideias e com os sentimentos pareceu-me sempre o destino supremamente belo. Tento realizá-lo quanto posso (Pessoa, 1966: 64).

Mas, agora, com essa espécie de modalidade política de suas “Ficções do Interlúdio” (Interregno = Interlúdio), Pessoa brincava com fogo. Se retomarmos, a essa altura, o texto de que tratámos há pouco, “O provincianismo português”, publicado, note-se bem, no mesmo ano de “O interregno”, encontraremos ali uma passagem que parece fornecer uma estimulante chave de leitura para esse panfleto antipopular. Naquele artigo, Pessoa menciona o nome do escritor irlandês Jonathan Swift, por muitos considerado o grande mestre da sátira. Alguns dos mais importantes panfletos de Swift, ao denunciar corrosivamente a situação da Irlanda em comparação com a da sua irmã Inglaterra, pelo tom adotado e pela forma como se estrutura a argumentação, apresentam muitas semelhanças com outros textos teóricos de Pessoa, sendo um exemplo entre tantos o artigo que denuncia o provincianismo português. Quando menciona o sátiro irlandês, Pessoa explicita aquele que foi, sem dúvida, seu panfleto mais polêmico, intitulado “Uma modesta proposta”. O próprio escritor português o resume:

Assim, o maior de todos os ironistas, Swift, redigiu, durante uma das fomes na Irlanda, e como sátira brutal à Inglaterra, um breve escrito propondo uma solução para essa fome. Propõe que os irlandeses comam os próprios filhos. Examina com grande seriedade o problema, e expõe com clareza e ciência a utilidade das crianças de menos de sete anos como bom alimento. Nenhuma palavra nessas páginas assombrosas quebra a absoluta gravidade da exposição; ninguém poderia concluir, do texto, que a proposta não fosse feita com absoluta seriedade, se não fosse a circunstância, exterior ao texto, de que uma proposta dessas não poderia ser feita a sério (Pessoa, 2006a: 375).



Por que retomar essa passagem de outro texto em nossa leitura de “O interregno”? Ora, se a essência da ironia consiste, não em contar piadas, mas em “dizer uma coisa para dizer o contrário”, ou, ainda nas palavras de Pessoa no mesmo artigo, “em não se poder descobrir o segundo sentido do texto por nenhuma palavra dele, deduzindo-se porém esse segundo sentido do fato de ser impossível dever o texto dizer aquilo que diz” (Pessoa, 2006a: 375), Pessoa não terá adotado n’“O interregno” o mesmo procedimento colocado em prática pelo escritor que julgou ser, naquele mesmo ano, o maior ironista de todos os tempos?

Com relação a *O interregno* se poderia afirmar exatamente o mesmo que Pessoa afirmara sobre a proposta de Swift: “uma proposta dessas não poderia ser feita a sério”. Se Swift levou um século para ser revisto e compreendido,<sup>17</sup> o provincianismo tão acidamente diagnosticado por Pessoa revelou as limitações do leitor português, ou da parte dele que preferiu interpretar literalmente o seu panfleto. Tanto que, em março de 1935, diante da incompreensão geral dos leitores do opúsculo, Pessoa parece se dar por vencido. O escritor redige uma “Nota Autobiográfica”, na qual afirma: “O folheto ‘O Interregno’, publicado em 1928 e constituído por uma defesa da Ditadura Militar em Portugal, deve ser considerado como não existente. Há que rever tudo isso e talvez que repudiar muito” (Pessoa, 2006b: 204). O “talvez”, que indica a possibilidade, mas não a certeza, de que se devesse realmente repudiar seu texto, não deixa de sugerir que talvez fosse o caso de o reconsiderar sob uma perspectiva menos literal. Nessa mesma nota, o escritor declara, ao se referir à sua posição política: “Conservador do estilo inglês, isto é, liberal dentro do conservantismo, e absolutamente anti-reacionário” (Pessoa, 2006b: 205). Toda a resignação, em Pessoa, é resignação irônica.

#### V. *O pó que a terra espreita*

Embora Pessoa evitasse as manifestações coletivas, e a vida social não exercesse sobre si o magnetismo que atrai o homem comum, ele encenou, reservada e cuidadosamente, o papel de homem público, textualmente engajado e virtualmente ativo em seu tempo. É na prosa voltada à incitação pública, sancionada pelo escritor e circulante em veículos de imprensa, que encontramos o

---

<sup>17</sup> Nossas leituras de Swift concentram-se nos seguintes volumes: Swift (1973 e 1999).

seu principal gerador de polêmicas. A mestria na arte da escrita, de que fala Sena (no início deste estudo), está diretamente relacionada com a capacidade de sugestão. Para a compreender, é de suma importância levar em conta a atitude que guia esses textos, isto é, o grau de encenação com que foram concebidos.

Ao abordar a prosa teórica de Pessoa, Georg Rudolf Lind e, na sequência dele, uma linhagem de grandes pesquisadores a encaram, muito legítima e necessariamente, como documentos. O que procurámos fazer aqui foi sublinhar outro aspecto seu que não pode ser negligenciado – esses textos são também monumentos. A formulação ideológica de Pessoa é obra de ficção, não menos elaborada do que os seus poemas. E, assim como ocorre com algumas de suas cartas,<sup>18</sup> ela se manifesta sob o disfarce do testemunho.

Parte dessa produção de alcance político e social resultou em composições trabalhosas, elaboradas segundo um esquematismo lógico e exclusivamente teórico que apagou a força e a agilidade expressiva características do estilo literário de seu autor. Muitas delas são peças retóricas de difícil leitura, que nos fornecem, em contrapartida, a efigie do incitador intelectual – de um incendiário autêntico e quase sempre “do contra”.

Esta sua peculiaridade constitui um traço de seu individualismo. A autonomia do pensamento, mais do que a sua viabilidade prática ou a sua coerência com um princípio, é um atributo desse indivíduo “teiviano” – do fidalgo ou aristocrata que Pessoa sempre foi em pensamento, e a respeito do qual muitas vezes procurou classificar e definir:

O aristocrata é o indivíduo que sente a necessidade de agir diferentemente dos outros. Ao passo que o burguês deseja agir conforme à regra geral, o aristocrata pretende o contrário. Ele é o que age *por si*. Ele é ele, não é *os outros*, como dizia Oscar Wilde da maioria da gente (Pessoa, 2006b: 372).

O conjunto desses textos, dos quais abordámos apenas uma pequena amostra, revelam um escritor que muda de opinião e produz contradições com uma liberdade desnorteadora. O que lhe interessa é o jogo das grandes ideias, o raciocínio como finalidade, sem correspondente direto na realidade. Que resultado na vida social poderia ter, por exemplo, a formalização teórica de um

---

<sup>18</sup> Entre as quais a que trata da “gênese dos heterônimos”, a Adolfo Casais Monteiro (de 13 de jan. de 1935), constitui a peça de maior ressonância. A esse respeito, conferir as análises de Gagliardi e Neiva (2013) e Penteadó (2012 e 2014), essas três em interlocução com a disciplina monográfica sobre Fernando Pessoa, que ministro na Universidade de São Paulo, e o estudo de Uribe (2016), a respeito da recepção dessa carta junto à fortuna crítica.

Quinto Império? “O mito é o nada que é tudo. (...) / Embaixo, a vida, metade / De nada, morre” (Pessoa, 2007: 47). É verdade que Pessoa não apenas refletiu, como também o fez sistematicamente, sobre a realidade de seu país. Mas o fez com o olhar de um visionário. A seu ver, a história narra apenas a decadência material de Portugal, ao passo que são justamente os estertores de sua existência milenar que prepararam a nação para um renascimento espiritual.

Esse interesse alheado pela realidade, tão à maneira de Fernando Pessoa, ao mesmo tempo atento e indiferente, coloca em xeque o próprio estatuto do real, pelo filtro místico que converte o tempo presente em potencialidade, prenúncio, antemanhã de um império de sonho. “O mais é carne, cujo pó / A terra espreita” (Pessoa, 2007: 53).

## Referências

- BARRETO, José (2012) “A publicação de *O Interregno* no contexto político de 1927-1928”, *Pessoa plural*, 2. Disponível em [https://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/pessoaplural/Issue2/PDF/I2A06.pdf](https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/pessoaplural/Issue2/PDF/I2A06.pdf) (consultado em outubro de 2021).
- \_\_\_\_\_. (2013) “O fascismo e o salazarismo vistos por Fernando Pessoa”, *Estudos italianos em Portugal*, 8. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- LIND, Georg Rudolf (1970) *Teoria poética de Fernando Pessoa*. Porto, Editorial Inova.
- LOURENÇO, Eduardo (2020) *Obras completas de Eduardo Lourenço IX – Pessoa revisitado / Crítica pessoana I (1949-1982)*, coord., intro. e notas de Pedro Sepúlveda. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MONTEIRO, Maria da Encarnação (1956) *Incidências inglesas na poesia de Fernando Pessoa*. Coimbra, Coimbra Editora.
- MUECKE, D. C. (1995) *A ironia e o irônico*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- NEIVA, Alex (2014) “Fernando Pessoa: leitor de Carlyle”, *Desassossego*, 12. USP, 33-45. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/desassossego/article/view/84503> (consultado em outubro de 2021).
- \_\_\_\_\_. & GAGLIARDI, Caio (2013) “A exaltação do gênio: a construção do *ethos* em Fernando Pessoa”, *Literatura e Sociedade* (DTLLC – USP), 16-2, 30-43, (2011-2).
- PENTEADO, Flávio Rodrigo (2014) “O efeito de verdade do Dia Triunfal”, *Estranhar Pessoa*, 1, 71-82. Disponível em <http://estranharpessoa.com/nmero-1> (consultado em outubro de 2021).



- \_\_\_\_\_ (2012) “Jogo de cena: Fernando Pessoa e a gênese dos heterônimos”, *Desassossego*, 7, 61-72. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/desassossego/article/view/47617> (consultado em outubro de 2021).
- PERRONE-MOISÉS, Leyla (1990) “O Futurismo saudosista de Fernando Pessoa”, *Actas do IV Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos* (Seção Brasileira), II vol. Porto, Fundação Eng. António de Almeida, pp. 17-28.
- \_\_\_\_\_ (2013) “The Poet as Hero: Pessoa and Carlyle”, in Mariana Gray de Castro (org.), *Fernando Pessoa's modernity without frontiers*. Woodbridge, Boydell & Brewer, v. 1, 53-62.
- PESSOA, Fernando (1966) *Páginas íntimas e de auto-interpretação*, textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho. Lisboa, Ática.
- \_\_\_\_\_ (1998) *Cartas entre Fernando Pessoa e os directores da presença*, ed. Enrico Martines. Lisboa, INCM.
- \_\_\_\_\_ (1999a) *Correspondência: 1923-1935*, org. Manuela Parreira da Silva. Lisboa, Assírio & Alvim.
- \_\_\_\_\_ (1999b) *Fernando Pessoa – poeta-tradutor de poetas*, ed. Arnaldo Saraiva. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- \_\_\_\_\_ (2006a) *Prosa publicada em vida*, ed. Richard Zenith. Lisboa, Assírio & Alvim.
- \_\_\_\_\_ (2006b) *Escritos autobiográficos, automáticos e de reflexão pessoal*, ed. Richard Zenith. São Paulo, A Girafa.
- \_\_\_\_\_ (2007) *Mensagem*, org., intro. e notas de Caio Gagliardi. São Paulo, Hedra.
- \_\_\_\_\_ (2008) *Contra Salazar*, org. e pref. de António Apolinário Lourenço. Coimbra, Ângelus Novus.
- \_\_\_\_\_ (2009) *Ficções de interlúdio 1914-1935*, org. Fernando Cabral Martins. São Paulo, Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_ (2010) *Teatro do êxtase*, org. e intro. de Caio Gagliardi. São Paulo, Hedra.
- \_\_\_\_\_ (2011) *Sebastianismo e Quinto Império*, ed., intro. e notas de Jorge Uribe & Pedro Sepúlveda. Lisboa, Ática.
- \_\_\_\_\_ (2015) *Sobre o fascismo, a ditadura militar e Salazar*, ed. José Barreto. Lisboa, Tinta-da-China.
- \_\_\_\_\_ (2017) “Heróstrato ou o futuro da celebridade”, in *Prosa íntima e de autoconhecimento*, ed. Richard Zenith, trad. de Manuela Rocha, 2ª. ed.. Lisboa, Assírio & Alvim, 337-406.
- SENA, Jorge de (2000) *Fernando Pessoa & Cia. heterónima* (estudos coligidos 1940-1978). Lisboa, Edições 70.
- SEVERINO, Alexandrino E. (1983) *Fernando Pessoa na África do Sul*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- SILVEIRA, Pedro da (set-dez de 1988) “Fernando Pessoa: a sua estreia aos 14 anos e outras poesias de 1902 a 1905”, *Revista da Biblioteca Nacional*, 3, 97-105.

SIMÕES, João Gaspar (1950) *Vida e obra de Fernando Pessoa: história duma geração*, II Vols.. Lisboa, Livraria Bertrand.

SWIFT, Jonathan (1973) *The Writings of Jonathan Swift*, ed. R. A. Greenberg & W. B. Piper. NI / Londres, Norton Critical Ed.

\_\_\_\_\_ (1999) *Panfletos satíricos*, trad. e intro. de Leonardo Fróes. Rio de Janeiro, Topbooks.

URIBE, Jorge (2016) “Autoria, evolução e sentido: apontamentos para uma releitura da ‘Carta sobre a génese dos heterónimos’”, *Estranhar Pessoa*, 3, 23-44. Disponível em <http://estranharpessoa.com/nmero-3> (consultado em outubro de 2021).

ZENITH, Richard (2006a) “Prefácio”, in *Prosa publicada em vida*, ed. Richard Zenith. Lisboa, Assírio & Alvim.

#### Documentos Eletrônicos

*Edição Digital de Fernando Pessoa. Projetos e Publicações*, ed. Pedro Sepúlveda, Ulrike Henny-Krahmer e Jorge Uribe. Lisboa e Colónia: IELT, Universidade Nova de Lisboa e CCEH, Universidade de Colónia 2017ff. Disponível em <http://www.pessoadigital.pt> (consultado em outubro de 2021). DOI: 10.18716/cceh/pessoa.

Figura 1.

[http://www.pessoadigital.pt/pub/Pessoa\\_O\\_Provincianismo\\_Portugues/diplomatic-transcription](http://www.pessoadigital.pt/pub/Pessoa_O_Provincianismo_Portugues/diplomatic-transcription)

Figura 2.

[http://www.pessoadigital.pt/pub/Pessoa\\_Reincidindo/diplomatic-transcription](http://www.pessoadigital.pt/pub/Pessoa_Reincidindo/diplomatic-transcription)

Figura 3.

[http://www.pessoadigital.pt/pub/Pessoa\\_A\\_Nova\\_Poesia\\_Portugueza\\_No\\_Seu\\_Aspecto\\_Psychologico/diplomatic-transcription](http://www.pessoadigital.pt/pub/Pessoa_A_Nova_Poesia_Portugueza_No_Seu_Aspecto_Psychologico/diplomatic-transcription)

Figura 4

[http://www.pessoadigital.pt/pub/Pessoa\\_O\\_Provincianismo\\_Portugues/diplomatic-transcription](http://www.pessoadigital.pt/pub/Pessoa_O_Provincianismo_Portugues/diplomatic-transcription)

Biblioteca Particular Fernando Pessoa – Casa Fernando Pessoa

Figura 5.

<http://bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt/3-90LMR>

Figura 6.

<http://bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt/3-86>

**Caio Gagliardi** é Professor Associado de Literatura Portuguesa na USP, onde coordena o grupo de pesquisa Estudos Pessoaanos (<https://estudospessoanos.fflch.usp.br/>), e compõe a Equipa do Projeto *Estranhar Pessoa* (UNL). É autor de *O renascimento do autor: autoria, heteronímia e fake memoirs* (2019) e organizador do volume de ensaios críticos *Fernando Pessoa & Cia. não heterônima* (2019), entre outros trabalhos.

